

20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Online – 12 a 17 de julho de 2021

José Marciano Monteiro*

Robson Vasconcelos Carvalho**

Representação política no Senado: estudo comparativo acerca do padrão de representação política dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte para o senado (1989-2019).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar se há um *padrão de representação política no Senado em dois estados da região Nordeste: Paraíba e Rio Grande do Norte*, em uma série histórica de três décadas, com recorte temporal entre 1989-2019. Em caso positivo, o que caracteriza? Quais estratégias foram utilizadas para sua construção deste padrão? Trata-se de uma pesquisa exploratória com o uso da prosopografia como método de demonstração e reconstrução coletiva de biografias dos representantes políticos dos estados no senado, com uso da genealogia e da construção de diagramas de parentesco, além da estatística descritiva. O estudo constatou que a representação política, nos estados analisados, assenta-se nas estratégias de parentesco, na política como negócio de família e nos usos do familismo no revezamento de poder e de posições. Este padrão de representação político-senatorial não seria possível sem a lógica de reprodução familiar do poder político, a transmissão legitimada de bens materiais e simbólicos, entre e pelos herdeiros políticos das linhagens familiares.

* José Marciano Monteiro é professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Possui graduação (2006), mestrado (2009) e doutorado (2016) em Ciências Sociais pela UFCG. Graduação em filosofia (2009) e bacharel em direito (2018) pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFCG/CDSA). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades (NEFADE/CNPq).

** Robson Vasconcelos Carvalho é graduado e mestre em Ciências Sociais e especialista em Gestão Pública pela UFRN e doutorando em Ciência Política pela UNB.

Introdução

O Senado se constitui em uma das instituições políticas mais importantes da República. Se no jogo do poder, o que está em jogo é o poder de decidir e influenciar agendas, o Senado é uma casa de acesso ao poder decisório onde por meio dele, tem-se a condição de direcionar mudanças estruturantes na sociedade, bem como alterar as relações de poder na nação.

No Brasil, alguns elementos que se enraizaram em nossa formação cultural, a partir da colônia, passando pelo período imperial, dificultam a formação, daquilo que se concebe por

República. Ao que parece, a República brasileira não foi um experimento político resultante das transformações advindas de baixo. Ao contrário, foram as elites - conjuntos de indivíduos pertencentes a uma fração posicionada no estrato superior da sociedade - que sintetizaram os sentidos das transformações. A lógica dos privilégios de poucos, ao que parece, se sobrepôs aos direitos de muitos.

A República brasileira foi feita por homens que, em sua maioria, possuíam uma mentalidade em que era natural “o público” e o “privado” se entrelaçarem e agiam nas instituições públicas como se estivessem no âmbito das suas próprias casas. A lógica do privilégio, alicerçada em uma cultura política do patrimonialismo (HOLANDA, 1995; FAORO, 2001; SCHWARTZMAN, 2015), do nepotismo, do familismo (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2016; GOULART, 2018), e do clientelismo (CARVALHO, 2018; LEAL, 1986), transformaram-se em gramática política (NUNES, 2003). O patrimonialismo (FAORO, 2001; SCHWARTZMAN, 2015) e as demais práticas - que orientam a ação estatal - criaram empecilhos no que tange à construção de uma ordem social impessoal e racional, e, ainda mais sério, para a constituição da democracia no país”. (RICUPERO, 2011, p. 122).

O patrimonialismo como uma das gramáticas políticas no Brasil se desenvolveu na ossatura estatal e a família tem funcionado como instituição fundamental desde a colonização (FREYRE, 2006), quer seja na organização política ou na construção das principais instituições da república (MONTEIRO, 2016; OLIVEIRA, 2018). A família - como unidade organizadora - transborda as barreiras da esfera privada, restringindo a construção de um poder central forte, perpassando inclusive a própria democracia e a federalização, tornadas, assim, vulneráveis ao veneno da confusão de interesses públicos com os privados, ao patrimonialismo e ao nepotismo (OLIVEIRA, 2018; MONTEIRO, 2016; GOULART, 2018; CANÊDO, 1997).

As redes de poder no Brasil, alicerçadas em uma lógica ainda fortemente familiar tem acionado dispositivos e *network* de parentesco que tem permitido conectar o campo político, midiático, jurídico a setores estratégicos da economia. Foi pensando nestas articulações entre diferentes esferas de poder, que esta pesquisa se propôs, ainda que de forma exploratória, com base na representação política da bancada de dois estados do Nordeste no Senado e no recorte temporal compreendendo a série histórica de três décadas, 1989-2019, a alcançar os seguintes objetivos: 1) Compreender se existe um padrão de representação política, desde a constituinte de 1988, dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte para o Senado; 2) Analisar as características deste possível padrão de representação política; 3) Estabelecer comparações entre o padrão de representação política entre os estados analisados;

Metodologia

A metodologia teve caráter exploratório com o uso da prosopografia como método de compreensão e reconstrução coletiva de biografias dos representantes políticos dos estados no senado. A genealogia e a construção de diagramas de parentesco também serão outros recursos a serem utilizados, além da estatística descritiva.

Resultados

Paraíba e Rio Grande do Norte: breve caracterização

A Paraíba e o Rio Grande do Norte são dois estados da Federação situados na região Nordeste do Brasil, que fazem divisa um com o outro e apresentam características populacionais e demográficas próximas. A Paraíba, tem uma população estimada em 4.039.277 e o Rio Grande do Norte 3.534.165 (IBGE, 2020). Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, a Paraíba apresenta, de acordo com os dados do IBGE (2010), 0,658 e o Rio Grande do Norte 0,684. Quando à representação política, por possuir um eleitorado menor que o da Paraíba, o Rio Grande do Norte dispõe para a Câmara Federal de 08 vagas e a Paraíba dispõe de 12 vagas. Para a assembleia legislativa do Estado, o Rio Grande do Norte tem 24 e a Paraíba 36 vagas. No que tange ao Senado, a representação não é proporcional à população e ao eleitorado. Por se tratar da representação da unidade da federação, o Senado, diferentemente da Câmara, possui de forma igualitária, para todas as unidades da federação e o distrito federal, 03 vagas para o Senado.

Padrão de representação política do Rio Grande do Norte no Senado Federal

O Rio Grande do Norte é um dos estados da federação que tem apresentado bancadas significativas com agentes políticos que historicamente se revezam nos poderes da República brasileira e daquele Estado (MONTEIRO, 2016). A família Maia, por exemplo, exerce influência política para além do território do Estado do Rio Grande do Norte, atuando fortemente em Estados como Paraíba – de onde é oriunda a ramificação potiguar, e Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Norte, nomes como Felipe Maia, José Agripino Maia, Tarcísio Maia, Lavoisier Maia são nomes conhecidos da população, sendo possível checar as dezenas de cargos ocupados por eles no quadro 01. O mesmo se verifica com os sobrenomes Alves, com quem os Maia polarizam há mais de sete décadas os mais significativos núcleos de poder no RN. A família Alves tem sido representada por nomes como Henrique Eduardo Alves (PMDB) onze

vezes deputado federal, chegando a ser Presidente da Câmara, que é filho do ex-governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, e sobrinho do ex-prefeito de Natal, Agnelo Alves e do senador Garibaldi Alves “pai” (PMDB). Henrique, por exemplo também é primo de Garibaldi Alves filho que, dentre outros cargos, foi prefeito de Natal, três vezes senador e ministro da Previdência Social, e de Carlos Eduardo Alves prefeito de Natal três vezes.

Além desses dois, há outros grupos familiares menos expressivos, com quem os Alves e Maia fizeram alianças pontuais para permanecerem no poder: Faria, Mota, Jácome, Melo, Bezerra e, os Rosado, onde este último operou durante décadas como a principal família satélite, com poder concentrado no oeste do estado e que gravitou entre os dois núcleos familiares principais. São herdeiros de Jerônimo Rosado, conhecidos pela hereditariedade e pelos nomes em numeral escrito na língua francesa, a exemplo do ex-prefeito e governador do Rio Grande do Norte Dix-Sept Rosado que, por sua vez, é irmão do ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado, sobrinho do ex-deputado federal Vingt Rosado e do ex-prefeito de Mossoró Dix-Huit Rosado, primo da deputada Sandra Rosado e cunhado da ex-governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

O padrão de representação política no Estado do Rio Grande do Norte em geral e, especialmente, no Senado durante o período destacado para esta pesquisa, é caracterizado pela presença marcante do elemento família como fio condutor da construção de relações sociais, econômicas e políticas, que se confundem e se desdobram na edificação de candidaturas representativas destas teias, auxiliando à permanência de tais grupos nos espaços de poder institucional e dificultando a renovação política. O Quadro 01, demonstra o revezamento de poder no Senado entre duas famílias: Maia e Alves. É como se tivessem cadeira cativa nesta Casa.

Quadro 01 – Representação Política do Rio Grande do Norte para o senado (1989-2019)

Período	Senador / RN	Família	Família possui veículo de comunicação?	Outros cargos ocupados pela família	1° & 2° Suplentes	Cargo do suplente
1990	Garibaldi Alves Filho PMDB	ALVES	SIM. Sobrinho e primo de propriet: Jornal Tribuna do Norte, TV Globo, Radio Jardim, Radio Cabugi Seridó, e várias Radios Capital/ Interior: Baixa Verde, Difusora em Mossoró, Cabugi, Santa Cruz, Trampolim da Vitória em Parnamirim.	Sobrinho do ex-Gov e ex-dep.fed. Aluísio Alves (pai de Henrique Alves – dep.fed. 11x), que era irmão de Garibaldi Alves (seu pai - 3x dep.est. de 1958-66) e de Agnelo Alves, q foi dep.est, 2x pref. Parnamirim, supl. de Sen. e pai de Carlos Eduardo Alves (dep.est. em 1986 e Pref. de Natal 3x.). Garibaldi Filho foi Dep. Est., 1970-82 e Pref. Natal (1986); Gov. em 1994/1998 e é Pai de Walter Alves a quem elegeu em 2006/2010 dep. est. e 2014/2018, Dep.Fed.	1° Fernando Bezerra 2° Nathánias Ribeiro V. Sohsten	1° Empresário da construção civil 2°

1994	Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo PSDB	MELO	SIM. Proprietário Band, rádios no interior.	Foi secret dos Alves; Vice-Gov. de Lavosier Maia em 78, e Gov. em 86 c/ Garibaldi Alves “pai” seu vice. Elegeu o cunhado, Cipriano Correia DepFed 1994 e na mesma eleição o irmão Pedro Melo dep. Est. Elegeu e reelegeu a esposa Edinólia Melo Pref. de Ceará Mirim em 2000/2004.	1º Manoel Torres de Araújo. 2º Aroldo Azevedo	1º Político do interior, região Seridó. 2º Empresário da construção civil, hotelaria. Possui emissora de radio 94fm na capital.
1994	José Agripino Maia PFL. *Pref. 1978 de Natal (indicado); Gov. em 1982 e 90	MAIA	SIM. Proprietário da TV RECORD, e, junto com o filho Felipe Maia, de Rádios AM/FM Capital/Interior	Filho do ex-dep.fed.e ex-Gov Tarcísio Maia, que indicou o sobrinho Lavosier Maia Gov, que indicou o primo Agripino pref. na ditadura, elegendo-se Gov. em 1982. É pai de Felipe Maia a quem elegeu em 2006/10/14. Com o desgaste da lava jato, em 2018 tenta ser federal no lugar do filho e é derrotado. Lavosier, foi Sen. em 1990, casado com Ex-Pref Natal Wilma – pais de Márcia Maia 5xDepEst.	1º Jamilson Ferreira 2º ?	1º político do interior
1998	Fernando Bezerra PMDB	BEZERRA	NÃO. Mas, suplente-ALVES, sim, sócio de rádios e Jornal.	Mandato anterior foi 1º supl de Garib. Alves Filho, sendo efetivado e reeleito c o tio de Garibaldi, 1ºsupl,Agnelo Alves q assumiu mandato quando FB Ministro.	1º Agnelo Alves 2º Tasso Rosado	1º Tio de Garib. Alves Filho. 2º Família Rosado
2002	Garibaldi Alves Filho PMDB	ALVES	SIM. Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	1º João Faustino 2º Carlos Alberto de O. Torres	1º Político 2º
2002	José Agripino Maia PFL	MAIA	SIM. Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	1º José Bezerra Jr. 2º Edivan Sec. Lopes	1º Empresário Agricultura 2º Político do interior
2006	Rosalba Ciarlini Rosado PFL	ROSADO	SIM. Família com rádios, jornal interior.	Familiares ocuparam diversas vezes cargos de dep. Est., Fed., pref. Mossoró. Esposo foi Dep. Est. A mesma foi 3x pref. de Mossoró e Gov. em 2010, assumindo sua suplência no senado, Garibaldi Alves “PAI”.	1º Garibaldi Alves Pai 2º Ivonete Dantas Silva	1º Político Família Alves. 2º política interior região do Seridó.
2010	Garibaldi Alves Filho PMDB	ALVES	SIM. Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	1º Paulo Davim 2º Janduhy Max Freire de Andrade	1º Médico, ex-dep. Estadual. 2º odontólogo
2010	José Agripino Maia DEM	MAIA	SIM. Considerar o mesmo informado em detalhes anteriormente.	Reeleito senador com o filho Felipe Maia reeleito deputado federal. Mesmo complemento informado anteriormente.	1º João Faustino 2º Djalma Marinho	1º político PSDB; 2º Adv/político PSDB, pai Min. Rogério Marinho
2014	Maria de Fátima Bezerra PT	BEZERRA	NÃO.	NÃO POSSUI NENHUM FAMILIAR NA POLÍTICA *Não é a família do ex-senador Fernando Bezerra.	1º Jean Paul Prates 2º Theodorico Bez. Neto	1º Empresário eólicas, ex-sec. De Energia/RN 2º Fam. Política região traíri
2018	Zenaide Maia	MAIA	SIM. Prima do propr. Da TV RECORD, Rádios AM/FM Capital/Interior. Irmão e esposo com radios no interior e sócio da TV Cultura.	Irmã do dep. Fed. João Maia. Quando este concorreu ao Gov, como vice de Henrique ALVES, em 2014, a mesma eleger-se dep.fed. em seu lugar, retornando as bases ao irmão quando concorreu e eleger-se senadora. Prima do ex-senador José Agripino Maia.	1º Manoel Jr. Souto de Souza 2º Manoel Roberto S. do Rego	1º Presid. Do PT/RN 2º Pastor

2018	Eann Styvenson Valentin Mendes. 1º Mandato	Valentin Mendes	NÃO	SEM PARENTES POLÍTICOS. *Genro do Proprietário da UNIFACEX, que mantém relações com políticos. 1º mandato eletivo.	1º Alisson Taveira Rocha Leal 2º Coronel Margarida	1º Adv, político s/ expressão 2º Policia Militar
------	---	-----------------	-----	---	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Há na representação política para o Senado, entre as duas famílias hegemônicas, características muito peculiares: ambas, possuem sua base política-eleitoral mais sólida na capital e expressivo controle sobre veículos de comunicação, também apontado no Quadro 01.

A estratégia, sinônimo de patrimonialismo, consiste em tratar o gabinete público como a cozinha de sua casa, que, na prática, se dá pelo usufruto do cargo político ocupado – “meu mandato”; “minhas emendas”; “minhas indicações” – com toda a sua estrutura de verbas públicas, assessores, controles de orçamentos, acesso a espaços de mídia, controle de verba publicitárias, dentre outros. Tudo isso é convertido para o fortalecimento de outro parente, que larga em processos eleitorais com uma expressiva vantagem em relação aos concorrentes.

Entre uma eleição e outra para o Senado, por exemplo, há três outras eleições, em que o senador pode eleger um filho deputado federal, um parente prefeito e outro deputado estadual e vereador, ou mesmo disputar o Governo do Estado pela primeira vez ou mais uma vez se já tiver ocupado o posto anteriormente. Um dos principais instrumentos utilizados pela família, além das ferramentas políticas dos mandatos, são veículos de comunicação, que, mesmo sendo concessões públicas, são conquistadas em favor de si mesmos e direcionadas em prol do fortalecimento da imagem pública dos candidatos aliados e desgaste dos adversários políticos, também detentores, ou não, de emissoras de rádio e televisão.

Padrão de representação política da Paraíba no Senado Federal

O Senado é a casa em que os estados da federação são representados de forma mais equilibrada, visto que são três senadores por Estado e são agentes políticos mais experientes. Experiência política que pode ser acumulada ao longo da trajetória política e, assim, balizar sua atuação de senador que, há muito, pensa-se que a maturidade, que costuma vir com o tempo, associa-se à sensatez e à temperança necessárias à câmara revisora, que tem, entre outras, a função de se contrapor aos eventuais arroubos oriundos da primeira câmara, normalmente mais passional e propícia a escolhas intempestivas.

A idade mínima, no Brasil, necessária para se candidatar ao cargo de senador é quatorze anos superior à exigida para deputado federal, estadual e distrital, e dezessete anos, superior à exigida para vereador. Isso dá ao pleiteante à cadeira senatorial, oportunidades para um maior

acúmulo de experiências na vida em geral e na vida política em particular. Senadores tendem a ser politicamente mais qualificados para o ofício da representação política que os demais parlamentares.

Muitos dos senadores já passaram por cargos eletivos, quer seja municipal, estadual ou federal. Da série histórica analisada, indistintamente todos os representantes ao senado pela Paraíba, já exerceram cargos eletivos em outras instâncias de poder representativo. Não se trata, portanto, de um caso isolado. Mas, ao contrário, de uma exigência colocada pelas regras do próprio jogo político. A experiência torna-se uma das características para a ocupação de tal cargo. Esta experiência está relacionada a construção de um capital político herdado e de um capital político construído. O capital político herdado pode ser entendido quando se observa que, significativamente, tais senadores advêm de famílias de políticos, as famílias tradicionais do Estado da Paraíba.

Diferentemente do estado vizinho, Rio Grande do Norte, em que a o padrão de representação política para o Senado centra-se em duas famílias, hegemonicamente, a família Maia e a família Alves. Na Paraíba, há uma certa tendência de revezamento entre as famílias de acordo com as circunstâncias das conjunturas políticas. A distribuição do poder espacialmente tende a permitir, para além de uma alternância entre duas famílias, uma dinâmica maior de competição entre as oligarquias locais que perpassam seis principais famílias políticas do Estado.

Quadro 02 – Representação Política da Paraíba para o senado (1989-2019)

Período	Senador / PB	Família	Família possui veículo de comunicação?	Outros cargos ocupados pela família	1° & 2° Suplente	Cargo do suplente
1990	Antônio Marques da Silva Mariz PMDB	MA RIZ M A I A	*José Mariz Marques, seu parente, é sócio da Radio Progresso de Sousa Fm.	Foi prefeito de Sousa de 1963-69 (PTB); depfed de 1971-83 (ARENA/PP/PMDB) e de 87-90; Sen.de 91-94; gov de jan a set de 1995 quando morreu de parada cardíaca, morte confirmada por Ricardo MAIA médico da família.	1° Ney Robinson Suassuna 2° Péricles Vilhena	1° Empresário setor de Shopping e Faculdades. 2°
1994	Ronaldo José da Cunha Lima	C U N H A L I M A	Ele e filho Cassio, sócios da Rede Tamandaré de Picuí. Supl. é sócio c Grupo São Brás, da maior rede de comunic. da PB: Rede Paraíba: <i>Jornal da PB</i> ; TV PB; TV Cabo Branco; rádios CBN e Cabo Branco; portal G1, admin. pelo grupo São Braz da fam. Silva	Foi Governador de 1991-94; seu filho tb gov de 2003-09 e senador eleito em 2010;	José Carlos da Silva Júnior	1° empresário comunicação e foi vice-gov de 83-86
1994	Humberto Coutinho de Lucena PMDB	L U C E N A			1° José Wellington 2° Roberto Renato da Cunha Lima	1° Empresário sucroalcooleiro e de corretagem de veículos. 2° Empres/Produtor rural e irmão do ex-gov. Ronaldo Cunha Lima, e do ex-senador Ivandro Cunha Lima, tio-avô do atual prefeito de Campina Grande e ex-deputado estadual, Bruno Cunha Lima.

1998	Ney Suassuna PMDB	S U A S S U N A		Foi Min da Integração/FHC 2001/02. Foi 1 supl de Anônio Mariz e de Veneziano Neto	1º Robinson Koury V. da Silva 2º Maria de Fátima Pinto de Sá Pires	1º Empresário 2º Esposa do ex-prefeito de Santa Cruz, Homero Pires de Sá, e mãe do deputado estadual Lindolfo Pires. Filha do ex-vice-governador André de Paiva Gadelha, conhecido como Zabilo Gadelha.
2002	José Targino Maranhão	M A R A N H Ã O	Sua família sócia da Radio Serrana em Araruna; *A família do seu 1º suplente é sócia do Sistema Correio: Reúne as TVs Correio e RCTV, o jornal <i>Correio da Paraíba</i> e o <i>Paraíba Já</i> , o portal Correio e várias rádios.	Sua irmã Wilma foi prefeita de Araruna, seu sobrinho, Benjamin Maranhão, deputado federal e Olenka Maranhão é deputada estadual.	1º Roberto Cavalcanti Ribeiro (Primo senad Daniella Ribeiro) 2º Antônio Porcino Sobrinho	1º Empresário da comunicação – Rede Record, primo da atual senadora Daniela Ribeiro e do deputado federal Aguinaldo Ribeiro. 2º
2002	Efraim de Araújo Morais DEM	M O R A I S	Radio vale do sabugi em santa luzia;	Foi DepEst em 1982(PDS) e 86 (PFL), Fed. em 90, 94 e 98 (PFL) e sec de infra de 2011-14. Pte. Câmara 2002/03. Elegeu seu filho Efraim de A Morais Filho Dep.fed em 2006; 2010; 2014; 2018 pelo PFL/DEM; José Ademir P. de Morais foi pref de Santa Luzia; Seu pai Inácio Bento de Santa Luzia nas déc. de 1940 e 60.	1º Fernando Catão (Tio de Cássio R. da Cunha Lima) 2º Marta Ramalho	1º Engenheiro Civil. Conselheiro do Tribunal de Contas desde maio de 2004. 2º
2006	Cícero de Lucena Filho PSDB	L U C E N A	*seu 2º suplente é sócio da Radio Cultura de Guarabira e Radio Guarabira Fm.	*Sobrinho de Humberto Lucena. Empr/constução civil, Pres do SINDUSCON/PB. Foi vice-gov de 91-94(PMDB); gov de 94-95; Pref de joao pessoa em 96; reeleito em 2000; Sen. 2007-15 e Pref Joao Pessoa 2020 (até aqui PSDB)... PP 2021 em diante.	1º Carlos Marques Dunga 2º João Rafael de Aguiar	1º Produtor Rural. Ex-deputado estadual, ex-deputado federal. 2º Empresário comunicação
2010	Vital do Rego Filho MDB	V I T A L R E G O		Filho da atual Senadora Nilda Góndim e do ex-deputado federal Vital do Rêgo. Irmão do senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto. Neto, pela linha materna, do ex-governador Pedro Góndim; e pela linha paterna do ex-deputado estadual Major Veneziano Vital do Rêgo. É sobrinho neto do Ex-senador Argemiro de Figueiredo.	1º Raimundo Lira 2º Aristávora de Souza Santos	1º Economista/empresário, Casado c Gitana Figueiredo, prima de Vital do Rêgo – efetivado qdo. Vital foi p/ TCU. 2º Professor de Ensino Superior. Ex-presidente da Câmara Municipal de João Pessoa. Vereador por vários mandatos. Secretário de Turismo da Capital. Presidente do Clube Cabo Branco.
2010	Wilson Santiago / Cassio Cunha Lima PSDB efetivado*	Santi ago ----- C U N H A L I M A		----- É filho do ex-vereador, ex-prefeito de Campina Grande; ex-governador, ex-deputado federal e ex-senador Ronaldo Cunha Lima. É sobrinho do ex-senador Ivandro Cunha Lima. É pai do atual deputado federal Pedro Cunha Lima, primo do ex-prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues e do atual prefeito Bruno Cunha Lima.	1º Marcondes Gadelha PSC 2º Sanny J. Santos ----- 1º José Gonzaga Sobrinho 2º Ivandro M. Cunha Lima	1º Médico. Ex-Deputado Federal e Ex-Senador. 2º Bacharel em Direito. ----- 1º Empresário/Setor Atacadista de Alimentos (DECA do PSDB) 2º Tio de Cássio Cunha Lima. (ex-senador/propriet de cartório. Irmão do ex-sen Ronaldo C. Lima e Avó do atual pref de C. Grande)
2014	José Targino Maranhão	MA RA NH ÃO		Irmão da pref de Araruna Wilma Maranhão/PMDB. Tio do ex-dep federal Benjamin Maranhão/SD-PB e da dep Est Olenka Maranhão/PMDB.	1º Ozanilda Gondin Vital do Rego MDB 2º Roosevelt Vita	1º Filha do ex-governador Pedro Góndim. Esposa do ex-deputado federal Vital do Rêgo, mãe do ex-deputado federal Vital do Rêgo Filho e do ex-prefeito de Campina Grande Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto. 2º Advogado. Ex-procurador do Estado.

2018	Daniella Velloso Borges Ribeiro PP	R I B E I R O	Sua família controla as concessões das rádios Cariri AM e PB FM.	Filha do ex-dep.fed. e ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro, e da empresária e ex-prefeita de Pilar, Virgínia Velloso Borges; irmã do dep. Fed. e ex-Min. das Cidades, Aguinaldo Ribeiro; mãe de Lucas, vereador de Campina Grande. Ela foi vereadora de C.Grande 2009-11 e DepEst 2011-19;	1º Marcio Diego Fernandes Tavares Albuquerque 2º Nailde Fernandes P da Silva	1º Empresário e ex-secretário de Desenvolvimento Social de João Pessoa. 2º Professora Aposentada na Rede Pública Municipal.
2018	Veneziano Vital do Rego Segundo Neto	V I T A L R E G O		Filho da atual Senadora Nilda Gomdim e do ex-Dep.Fed. Vital do Rêgo. Irmão do ex-senador e atual Min. do TCU Vital do Rêgo Filho, Neto do ex-Gov. Pedro Gondim; e do ex-deputado estadual Major Veneziano Vital do Rêgo e sobrinho neto do Ex-Senador Argemiro Figueiredo	1º Ney Robinson Suassuna 2º Ma. Suely Alves de Oliveira Santiago	1º Empresário e Ex-Senador da República. 2º Bacharel em Direito. Secretária de Estado de Representação Institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O capital político construído perpassa pela atuação, desde jovens, dos herdeiros destas famílias na ocupação de cargos de representação no legislativo e no executivo local. A prefeitura, a câmara de vereador se transformam em espaços de formação e socialização de saberes que foram herdados pelas famílias políticas. Estes espaços são vitrines e escolas de formação sobre os quais se constroem as lideranças para o exercício de cargos eletivos estaduais e federais. É o filho do senador, por exemplo, que ao se constituir prefeito de uma cidade estabelece relação com o seu pai, seus primos, irmão, mãe, para angariar recursos para o município que está administrando. É, portanto, o prefeito que precisa de liberação de recursos para obras ou outro tipo de ação específica e que passa a agilizar as demandas locais junto a um parente na Câmara ou no Senado Federal. (MONTEIRO, 2016). E estes, possuindo o controle por meio da família em vários municípios do Estado, melhor potencializam suas campanhas por possuírem o que, na linhagem cotidiana da política, denomina-se de “base”. Ter “base” significa ter reduto e “controle” dos eleitores. Significa ter “domínio” sobre os votos. Isto não se faz sem uma rede articulada de agentes e sem inserção nos cargos estratégicos do aparelho estatal.

É no município que se pratica a política. Nos municípios se enraízam as lógicas de reprodução e sustentação política. A inserção dos parentes em cargos políticos a exemplo das secretarias municipais garante a construção do empreguismo e da clientela, que se transforma em exércitos nos períodos eleitorais. A estratégia básica é buscar a sua reprodução na administração pública ocupando as principais secretarias municipais e exercendo controle sobre os recursos públicos fazendo com que as famílias políticas possam intermediar a relação entre a população e o poder público, objetivando a permanência destas famílias no sistema político, construindo estratégias para ocupação de cargos eletivos, tais como: vereador, deputado estadual e até mandatos no plano nacional. (MONTEIRO, 2016).

Esta é uma das estratégias que garante à família ultrapassar a representação política para além da esfera municipal, fato que também depende da densidade eleitoral e do orçamento do município ou da região em que a família política atua. Municípios com baixa densidade eleitoral e com famílias que atuam apenas nele, dificilmente ultrapassam, em termos de representação política, os limites do poder local. Ultrapassar esse limite, requer o domínio político de uma base que se torne significativa, em termos de densidade eleitoral, para o Estado em que está situado. A estratégia de controlar orçamentos municipais, soma-se ao controle de outras instâncias de poder que vai desde o controle de cartórios, diretórios estaduais de partidos políticos, ao controle de emissoras de rádios e TV, e indicações de familiares para instituições relacionadas à justiça e aos tribunais de controle, a exemplo do TJ, STJ, TRE, TSE, STF, TCE e TCU.

É controlando os recursos públicos e os cargos do aparelho estatal que se estabelece intermediação entre o político e a sociedade. Pesquisa realizada por Pimentel (2014) e defendida no doutorado em Ciência Política/UFPE, trabalhando com os bancos de dados do IBGE, TSE e STN, tendo um universo de 1798 municípios, no qual tenta desenvolver um Índice de Clanismo Municipal – ICM, o autor desvenda, com base em informações catalogadas junto à UNDIME, a CONASEMS e o SIGPBF do MDS, os nomes dos ocupantes das três secretarias principais (Saúde, Educação e Assistência Social) que mantêm parentesco com o cargo executivo em 1511. Para tanto, levou em consideração, os “sobrenomes” do prefeito e dos secretários, tendo em vista que a Súmula Vinculante de nº 13 permite parentes em cargos políticos como secretários.

A pesquisa realizada por Pimentel (2014) constatou que aproximadamente 50% dos secretários de tais pastas dos 1511 municípios possuem parentesco com o gestor. Os dados ainda revelaram que, quanto menor o porte dos municípios, maior a incidência de parentes e familiares. Os municípios de menor porte no Brasil são, em sua expressiva maioria, aqueles cuja economia depende amplamente do poder público municipal, o que configura no entendimento de que são poucas as alternativas de renda e de empregabilidade para além das prefeituras. Nesse sentido, o estudo realizado por Pimentel (2014) destaca que a Paraíba foi o segundo Estado da federação com o maior percentual de Secretários com vínculos familiares e de parentesco com o gestor municipal, ficando atrás apenas do Piauí que teve 71% dos secretários. O Estado da Paraíba apresentou percentual de 61%. Este percentual corresponde aos municípios com menos de 10 mil habitantes, o que na Paraíba é a maioria. Todavia, é preciso observar que municípios médios brasileiros também têm apresentado um padrão de inserção de parentes na administração pública e nas secretarias elevados. (MONTEIRO, 2016).

Conforme destaca (MONTEIRO, 2016) ter familiares no comando das prefeituras, atuando nas assembleias legislativas e, conseqüentemente, na câmara Federal e no senado é ter um lastro de aberturas em diversas instituições públicas do Estado e em instituições privadas no mercado. É ter acesso e controle de um volume considerável de fluxo de recursos financeiros. As prefeituras e governos estaduais, bem como representações no legislativo, possuem poder de construir pela máquina administrativa uma verdadeira malha de serviços que garante e fortalece a prática do empreguismo e troca de favores. O entrelaçamento desses agentes dá capilaridade e formação ao capital social e conseqüentemente capital político e facilitam a captação, na relação com empresas vencedoras de licitações nesses espaços de poder, de recursos de campanha.

Os agentes políticos perceberam ainda que o recurso que elege um senador ou deputado federal pode, assim, ser maximizado, elegendo em uma só campanha dois ou três familiares. O caso recente da família Ribeiro, na Paraíba, que na última eleição, em 2018, tendo o controle do Partido Progressista na Paraíba, Enivaldo Ribeiro, na condição de vice-prefeito de Campina Grande, emplacou a reeleição do seu filho deputado federal e ex-ministro da integração no governo Dilma, Aguinaldo Ribeiro, e a eleição da sua filha ao senado Daniella Ribeiro e, na última eleição, indicou o neto Lucas Ribeiro na condição de Vice-prefeito do mencionado município. Esta não tem sido uma estratégia adotada por uma única família de políticos, mas, por diversas famílias que estão no poder e que garante não só a reprodução do grupo familiar, mas, também a permanência e a sucessão geracional do grupo.

O padrão de representação política da Paraíba para o Senado não pode ser pensado sem o fenômeno da reprodução política, do parentesco, das alianças e dos capitais (político, econômico e simbólicos) historicamente acumulados por estes grupos familiares. Esse contexto sinaliza que há uma estrutura de poder político e, ao mesmo tempo, de poder econômico, que também dão a esses grupos, acesso às informações mais sigilosas no que diz respeito às operações econômicas dos Estados. Mantêm contatos, estabelecem e criam relações com os agentes econômicos do Estado e do país. Além disso, possuem “sobrenomes” que os tornam reconhecidos em todo o território. Possuem “capital simbólico de notoriedade” que lhes permite acessar as mais diversas instituições existentes.

Conforme também se observa, atuam nos ambientes estratégicos de definições de políticas para o país e em instâncias estratégicas de controle do Estado. Não se trata de um exemplo isolado. Trata-se de uma rede construída e que se perpetua no Brasil contemporâneo.

Estratégias coincidentes de reprodução política na Paraíba e Rio Grande do Norte

O usufruto de veículos de comunicação em favor dos grupos político-familiares é um ponto em comum nos casos dos dois estados analisados, embora seja mais preponderante no Estado do Rio Grande do Norte. Na série histórica analisada, vê-se que a representação política no Senado do Rio Grande do Norte, se constitui, em quase totalidade, com os próprios donos dos veículos de comunicação. No caso específico da Paraíba, a maioria dos veículos está sob controle de políticos ou grupos econômicos aliados e que, na maioria das vezes, foram suplentes de senador, não necessariamente, possuindo parentesco com o candidato ao Senado, embora também possa ocorrer o caso de os veículos pertencerem à família de políticos (Quadro 02).

Os empresários da comunicação, de toda maneira, assumem centralidade neste período analisado, nos dois Estados da federação. Observou-se ainda, que a função prática do suplente, nos dois estados analisados, se caracterizou pela função de captação de recursos para campanha política ou de colaboração com a visibilidade política do titular e desgaste dos adversários. Na Paraíba, ficou claro que a pessoa que deteve ligações familiares com grupos de comunicação, teve maior suporte em sua campanha. No Rio Grande do Norte ficou mais visível ao ponto de se confundir a imagem do político como dono dos meios de comunicação.

Empresários, pela mesma motivação, também são alvos desejados em ambos os estados, com destaque para a cadeia econômica que, no momento, estiver em melhor ascensão. Neste caso, as principais áreas de recrutamento de suplentes foram: construção civil e agronegócio.

Ainda em relação às suplências, no caso do Rio Grande do Norte, com mais frequência, políticos do interior foram recrutados para primeira e segunda suplências para dar representatividade e peso político às chapas, sendo estes também integrantes de grupos político-familiares regionalizados, pois os titulares, na quase totalidade das vezes eram políticos de maior base política na capital. A diferença em relação à Paraíba, no mesmo período analisado, é que a maioria titulares foram oriundos de bases políticas de interior.

Outra constatação é que tanto no caso do Rio Grande do Norte quanto da Paraíba, familiares, às vezes pais, filhos ou até mãe, são colocados na condição de suplência do próprio candidato ou, de modo cruzado, suplente do aliado com quem concorrerá em conjunto. Isto porque há anos em que há eleição para um senador e anos em que há eleição para dois senadores.

Esta estratégia, deixa o mandato ainda mais “privado”, facilitando, por exemplo, um recurso bastante utilizado pelos senadores de ambos os estados, que é a licença para exercer outro cargo público no plano federal, como um ministério, por exemplo, sem precisar renunciar

ao mandato, ou seja, aquele espaço de poder acaba por este outro caminho, ajudando a gerar um outro espaço de poder; ou, se candidatando a outro cargo na eleição seguinte, deixando o aliado-parente sentado na cadeira em caso de eleição.

Também é possível jogar este jogo com adversários, fomentando uma lógica bipolar na alternância de poder entre apenas dois grupos familiares, que praticam o revezamento entre cargos públicos, principalmente, Governo e Senado. No Rio Grande do Norte, nunca, os dois maiores expoentes políticos de cada família se enfrentaram diretamente, quando, em risco estaria a perda de mandato, em caso de derrota. O senador José Agripino Maia, que também foi governador, disputou novamente o governo contra Garibaldi Alves Filho – ex-senador e então governador e depois senador de novo – e foi derrotado, mas não ficou sem mandato. Ainda nesse estado, é possível observar no Quadro 03, que 75% da representação política para o Senado, foi ocupada por quadros pertencentes às famílias tradicionais, que se revesam e estabelecem alianças para se manter e se reproduzir na política daquele estado. Vê-se, também, que mais de 50% da representação em três décadas analisadas concentrou-se nas famílias Maia e Alves.

Quadro 03 – Famílias tradicionais na representação do Rio Grande do Norte para o Senado (1989-2019)

Rio Grande do Norte	Família tradicional na política?	Mandatos de Senador
Maia	Sim	04
Alves	Sim	03
Rosado	Sim	01
Melo	Sim	01
Bezerra1	Não – empresário	01
Bezerra2	Não – carreira partidária/PT	01
Valentin	Não – capitão da PM	01
Total/ mandatos tradicionais no RN	09 mandatos, ou seja, 75%	
Total/mandatos não-tradicionais no RN	03 mandatos, ou seja, 25%	
Total/ mandatos de senador no RN (1989-2019)	12 mandatos	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Este jogo da representação política através de poucas e privilegiadas famílias do poder é possível através de processos de articulação que envolvem mobilização e dinâmicas de alianças entre “famílias-satélites” e as famílias que gravitam em torno destes dois grupos familiares mais estabelecidos: Alves e Maia no RN. Em relação às famílias “satélites”, coube uma vez ou outra o suporte para disputar a terceira vaga do senado, sendo na eleição seguinte, de um modo ou de outro, pressionados a disputarem outro cargo para não disputarem a reeleição – ou, se disputam perdem, por perderem o apoio e arranjos políticos de outrora; e, ainda se uma “terceira via” coloca uma das duas forças em risco, ambas, mesmo antagônicas, se unem para derrotá-la e não perderem “suas” cadeiras cativas no Senado. Foi o caso da eleição de 2010, onde mais uma vez Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia tentaram renovar “suas” vagas ao Senado e se

juntaram, com sucesso, contra a então Governadora Wilma de Faria (Ex-esposa de Lavosier Maia) que disputara a mesma vaga e perdera; consequência ainda desta eleição também ilustra o que foi afirmado neste parágrafo: Eleita no pleito anterior para o Senado, ao completar quatro anos de mandato, Rosalba Ciarlini Rosado disputou e foi eleita com apoio dos Alves e Maia o Governo do Estado, deixando em seu lugar no Senado Garibaldi Alves “Pai”.

Constata-se também que há um padrão de representação política em que a alternância de poder se dá entre poucas famílias. Dificilmente ocorre um processo de oxigenação da representação política. É como se, para o Senado, estas famílias tivessem cadeiras cativas. O que acaba sendo um paradoxo quando se pensa o Brasil enquanto um país republicano com uma “democracia liberal competitiva”. A competição se transforma em um “jogo de cartas marcadas”. A renovação na política é compreendida sociologicamente como mudança de posição ou circulação dos agentes nos cargos eletivos da República. O pai que deixa de ser governador e elege-se senador, elegendo como deputado federal seu filho e a esposa para prefeita de algum município na região em que atua. Mudam-se os agentes e os postos políticos, permanecem os sobrenomes.

Quadro 04 – Famílias tradicionais na representação da Paraíba para o Senado (1989-2019)

Paraíba	Família tradicional na política?	Mandatos de Senador
Mariz maia	Sim	01
Cunha lima	Sim	02
Lucena	Sim	02
Suassuna	Não – empresário	01
Morais	Sim	01
Maranhão	Sim	02
Vital-Rêgo	Sim	02
Ribeiro	Sim	01
Total mandatos tradicionais na PB	11 mandatos, ou seja, 91,66%	
Total mandatos não-tradicionais na PB	01 mandato, ou seja, 8,33%	
Total mandatos de senador na PB (1989- 2019)	12 mandatos	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Para concluir, é importante ressaltar que este padrão familiar de representação política também se faz presente no estado da Paraíba. Porém, conforme observa-se acima, comparando o Quadro 03 e o Quadro 04, mais pulverizado. Enquanto no Rio Grande do Norte as famílias Alves e Maia foram as que mais ocuparam mandatos no decorrer dos 30 anos analisados, na Paraíba o que se percebe é uma pulverização maior entre famílias tradicionais. O que não implica dizer que há renovação com novos atores. A representação, mesmo com representantes de mais famílias, ainda se concentra no padrão de representação das oligarquias familiares regionalizadas no Estado. É o que se verifica no Quadro 04, acima, que demonstra que há um padrão de representação política no Estado da Paraíba para o Senado que se caracteriza pela concentração

de mandatos em famílias tradicionais, no percentual de 91,66%, ou seja, ainda maior que o do Rio Grande do Norte, que chega aos 75% dos mandatos de senador nas mãos de políticos herdeiros de oligarquias. Todavia, observa-se que, embora havendo esta concentração, sete famílias tradicionais no decorrer de trinta anos têm se revesado para a representação do Senado; diferenciando-se, assim, do Rio Grande do Norte, que tem concentrado trinta anos poder entre duas famílias: Alves e Maia, sendo as demais famílias suportes, localmente contextualizadas, para ascensão, reprodução e prevalência no poder das famílias hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- BRAGANÇA, L.P.O. 15 de novembro, Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'. [Entrevista concedida a] Vinícius Mendes. **BBC Brasil**, São Paulo, 14 nov. 2018.
- CANÊDO, L.B. As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 18, n. 42, ago. 1997.
- CARVALHO, J.M. **O pecado original da República**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CARVALHO, R. V. **Família e política no RN: Alves, Maia e o suporte do senado**. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2018.
- CHACON, V. **História institucional do Senado do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1997.
- FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- GOULART, M.H.H.S. Família e política: Repensando relações. In: OLIVEIRA, R.C. (Org.). **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: LibertArs, 2018. Cap. 3, p. 65-94.
- GROHMANN, L.G.M. A Separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 17, p. 75-106, 2001.
- HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MONTEIRO, J.M. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.
- NEIVA, P.R.P. As origens da desproporcionalidade de representação no Senado brasileiro. In: ENCONTRO DA ABCP, 10, 2016, Belo Horizonte, Anais do 10º Encontro da ABPC, área temática: Mudanças Institucionais, ISBN 978-85-66557-02-2.
- NUNES, Edson. **A gramática Política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. – 3 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília, DF: ENAP, 2003.
- OLIVEIRA, R. C. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Ed. Insight, 2012.
- PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos Clãs: a família na política nordestina**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, Recife, 2014.
- RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2ª ed. SP: Alameda 2011.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.